



1 Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação
2 de Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI e Comissão de Enfrentamento
3 a Violência e Exploração Sexual - CEVISS. Aos vinte e quatro dias do mês de junho de
4 dois mil e vinte um, às nove horas e onze minutos, no endereço eletrônico:
5 <https://meet.google.com/eyd-xqux-zvt>, (devido às regras de isolamento social diante da
6 pandemia da covid-19), com a presença dos integrantes da Comissão, que foram
7 orientados a preencher formulário disponibilizado no chat, gerando a em lista em anexo.
8 **Pauta 01. Aprovação da ata da reunião ordinária de 04/2021.** A ata referente ao mês
9 de maio será aprovada na próxima reunião de junho. Sr.^a Sandra Regina Santos
10 Coordenadora da **CM-PETI** vem a público colocar o cargo de coordenação à disposição
11 dos demais membros desta comissão, visto que no momento está como assessora
12 parlamentar, faz parte do legislativo, sendo assim está divergindo estando a frente desta
13 comissão, visto para assumir este cargo teria que ser um membro da sociedade civil ou
14 executivo. Ressalta que sente a falta da participação dos demais conselheiros nesta
15 comissão. Dr.^a Flávia Rios ressalta que no organograma institucional público e privado
16 quando há vacância da presidência ou coordenação não tendo um vice sobe o secretário.
17 Neste sentido a secretária Nélia Eleutério foi consultada a assumir a coordenação, mas a
18 mesma preferiu continuar contribuindo como secretária, colocando o cargo a disposição
19 dos demais conselheiros. Marina foi referenciada a assumir a coordenação, mas disse
20 que no momento não tem condições pessoais e organizacionais para assumir esta
21 comissão. Sr.^a Sandra ressalta que a comissão é um braço do CMDCA, ela não é um
22 órgão independente do CMDCA. Sr.^a Christiane Andrea deixa claro que as comissões
23 são independentes, destaca ainda que não tem a mínima condição de assumir as duas
24 comissões. Dr.^a Flávia destaca a importância desta comissão e ressalta que seria
25 interessante um coordenador da parte do executivo, visto que são conselheiros que
26 atuam como facilitadores dos encaminhamentos, lamenta indisponibilidade da Marina
27 de não poder assumir a coordenação. Aponta a possibilidade de a Sr.^a Taís Aguiar
28 assumir o cargo, mas a mesma disse que também não tem autorização para assumir a
29 coordenação devido a várias reformulações no departamento e estará levando esta
30 questão para diretoria do CMDCA. Sugere que este assunto seja levado para assembleia
31 do CMDCA para reflexão e discussão entre os conselheiros, visto que as comissões não
32 estão se sentindo apoiadas pelos demais membros do conselho. Estará dando ciência a
33 chefe de departamento Alessandra Franco sobre o assunto. Sr.^a Sandra destaca que ela e
34 Sr.^a Cristiane Andrea estiveram em reunião com a diretoria do CMDCA, onde foi
35 apresentada a real situação, manifestando sua insatisfação e saída da coordenação, tanto
36 que constava como item de pauta desta AGO. É notório o esvaziamento das comissões e
37 vale ressaltar ausência da representatividade do Conselho Tutelar nas reuniões, sendo
38 imprescindível a participação dos membros deste conselho nas comissões, visto que o
39 assunto tratado visa zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
40 Discorda da Dr.^a Flávia quando coloca que a comissão deve ser coordenada por membro
41 do poder executivo, entende que a comissão deve ser encabeçada pela sociedade civil,
42 visto que as comissões apresentam uma grande representatividade das entidades
43 formadoras da aprendizagem, e estas que teriam um papel importantíssimo na busca de
44 soluções, que por vezes a administração pública não enxerga. Sr.^a Sandra faz uma
45 reflexão, uma retrospectiva dos seis meses que esteve à frente dos trabalhos desta
46 coordenação. No ano passado enquanto a Marina esteve à frente da CM-PETI, a
47 comissão debruçou em visitar o plano e isso ajudou bastante na elaboração das
48 propostas do PPA. No começo deste ano, com a Marina estando de férias, Sr.^a Sandra
49 Regina assume a coordenação junto com os membros da comissão e grupo de trabalho



50 formado pelas entidades formadoras. E ao longo dos meses vem sendo realizado as
51 oficinas de boas práticas de experiências vividas por outros municípios, visando
52 entender as questões do combate ao trabalho infantil e isso tem gerando novos e bons
53 frutos. Hoje conseguimos nos aproximar um pouco mais da fiscalização do trabalho,
54 tendo uma visão de quantas vagas temos no mercado de trabalho para o aprendiz na
55 cidade de Santos e como essas vagas podem atender os jovens. Neste sentido o trabalho
56 da comissão tem evoluído, mas necessita da participação dos demais membros do
57 CMDCA, das secretarias, na elaboração do Plano Municipal de Prevenção e
58 Erradicação do Trabalho Infantil, que é um trabalho de suma importância para
59 comissão. Sr.^a Christiane Andrea apresenta Sr.^a Susana Souza do Rosário como nova
60 secretária da CEVISS e todos participantes das comissões aprovaram a indicação
61 voluntária da secretária. Sr.^a Sandra destaca que não vai abandonar a comissão e
62 continuará participando dos trabalhos. Dr.^a Flávia reafirma que neste momento a
63 ocupação do governo no status da coordenação seria um facilitador, mas evidencia a
64 importância da ocupação da sociedade civil na coordenação. Sr.^a Sandra ressalta que a
65 sociedade civil deve se manifestar e assumir seu papel quanto agente ativista. Dr.^a
66 Flávia concorda com Sr.^a Sandra e ressalta que este assunto não deve ser levado
67 somente à diretoria, mas apresentado à plenária para desconfortar os assentos ali
68 institucionalizados e chamar o Fórum Municipal da Criança e Adolescente para esta
69 discussão. Sr.^a Marina destaca a importância da participação da sociedade civil, das
70 outras políticas setoriais como: Educação, Saúde, Segurança Pública, Conselho Tutelar
71 que tem participação timidamente nas discursões. Ressalta que neste ano a comissão
72 conseguiu um espaço de diálogo com a diretoria executiva, mas percebe que há muita
73 resistência, muita batalha para conseguir minimamente espaços de dialogo e
74 reconhecimento desta comissão. Srt.^a Raquel Cuellar relata que por questões
75 profissionais e estudos neste momento não consegue assumir a coordenação. Sr.^a Taís
76 estará entrando de férias no mês de julho. Foi aprovada a confecção das lixeirinhas com
77 o logo da CMPETI e CMDCA para distribuição alusiva ao dia doze de junho. Também
78 foi sugerida a confecção de máscara para distribuição, mas logo foi descartada essa
79 possibilidade, visto que saiu uma matéria em reportagem, onde a equipe médica e
80 cientistas apontaram os malefícios das máscaras de tecido, quanto ao tempo de
81 utilização. Também serão confeccionados cartazes com o logo da campanha deste ano.
82 O material alusivo ao tema consta no site do fórum nacional. As entidades que
83 solicitaram o Gibi, material alusivo ao abuso e exploração sexual deverão apresentar um
84 plano de trabalho relacionado ao tema. Neste sentido já fizeram a solicitação do
85 material: o Serviço da SEDS assistência do Peti, o Serviço da abordagem através da
86 Aspe, o Projeto Vittae Domini e a Gota de leite. Representantes do Coletivo Esquerdas
87 de Praia Grande vem com nota de repudio pedir apoio a CEVISS sobre o desfecho ainda
88 que parcial do caso de violência sexual da jovem de dezenove anos, ocorrido dentro da
89 viatura polícia militar, onde saiu à sentença inocentando o policial, visto que alegaram
90 que o abuso foi com o consentimento da vítima. No dia vinte e cinco de junho do ano de
91 dois mil e vinte e um, às dez horas haverá Audiência Pública com o tema “A
92 aprendizagem como Política Pública de Combate ao Trabalho Infantil” pelo facebook e
93 site da câmara. Sr.^a Sandra pediu ampla divulgação do evento para todas as entidades e
94 demais convidados. No dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e vinte um às
95 dezoito horas acontecerá uma Live na página do CM-PETI do facebook, onde a
96 assistente social e membra da CM-PETI Sr.^a Marina Pérez Peña que estará mediando a
97 bancada com as seguintes palestrantes: Raquel Cuellar que é Psicóloga Mestranda em
98 Desenvolvimento da Psicologia e Políticas Públicas pela UNISANTOS e coordenadora



99 do Serviço Especializado de Abordagem social em parceria com a ASPPE, Priscila
100 Ribeiro é atriz, Conselheira Tutelar e Bacharel em Serviço Social pela UNIFESP,
101 Bárbara Weinert Ferreira Nogueira é Assistente social, Mestre em serviço Social e
102 Política Social pela Well e Coordenadora do CREAS - Centro de Referência
103 Especializado de Assistência Social da Zona noroeste e Morros, as palestrantes estarão
104 explanando o tema “O Combate ao Trabalho Infantil na Perspectiva da Questão Racial”.
105 No dia trinta de junho às nove horas será realizada uma live pelo facebook da CM-PETI
106 com os seguintes palestrantes: Depoimento do jovem aprendiz, Rose Nemetz
107 Enfermeira e Fiscal de Saúde Pública – SEVREST / SMS, falando da saúde do
108 trabalhador e o trabalho desprotegido, Cláudio Oliveira Social Responsibility MSC
109 falando do empregador e a sócioaprendizagem, Paulo Rogério M. de Oliveira Auditor
110 Fiscal do Trabalho e Chefe da Fiscalização – SEINT / CRTE / Santos SP, onde estarão
111 falando sobre o tema: “Do trabalho infantil ao jovem aprendiz”, este evento acontecerá
112 no horário da reunião do grupo de trabalho da aprendizagem. Há um projeto de lei
113 tramitando nas comissões Câmara Municipal de Santos com parecer favorável,
114 aguardando segunda votação. Este projeto de lei visa atender a socioaprendizagem,
115 pedindo transparência das empresas que firmarem contrato com a prefeitura quanto ao
116 número de cotas atendidas e isto deverá ser colocado no portal de transparência da
117 prefeitura. Sr.^a Marina relata que no dia sete de julho de dois mil e vinte e um às catorze
118 horas estará acontecendo o “Primeiro Encontro Disparador da Construção do Plano
119 Municipal” e necessita da força do CMDCA para elaboração deste plano, visto que este
120 plano é do ano de dois mil e dezessete e o período de vigência é de doze meses, portanto
121 está com prazo vencido, necessitando a elaboração de um novo plano e conta com a
122 participação dos demais conselheiros. **Encaminhamento 01:** Colocar como item de
123 pauta da próxima assembleia do CMDCA que a Sr.^a Sandra Regina ficará coordenação
124 da CM-PETI até a próxima assembleia. Solicita ainda uma sensibilização junto às
125 entidades formadoras e entidades inscritas no CMDCA a participar deste pleito.
126 **Encaminhamento 02:** Compra das Lixeirinhas com o logo do cata-vento, colocando o
127 disque 100 e número do conselho tutelar. Para trabalho de sensibilização do trabalho
128 infantil. **Encaminhamento 03:** Distribuição dos Gibis. A coordenadora da **CEVISS**,
129 Sr.^a Christiane deu sequência na assembleia, justificou que a ata do mês de maio ainda
130 não havia sido enviada por ter ficado extensa e que a mesma seria aprovada na próxima
131 Assembleia, também houve a concordância dos presentes. Devolutiva dos
132 encaminhamentos, até a data anterior a assembleia, não houve devolutiva dos
133 encaminhamentos, a coordenadora socializou a devolutiva ao MP sobre caso que Sr.^a
134 Raquel Rolemberg apresentou na comissão sobre o IML, apenas com a leitura da
135 mesma, concluindo-se que o exame foi realizado com a presença de um Conselheiro
136 Tutelar. Citou que o houve reunião com a CEVISS e o CMDCA de Santos, com
137 presidente do CMDCA de Praia Grande e o Sr.^o Edmir ficou de entrar em contato para
138 saber como ficou a situação e trazer retorno, mas até o presente não teve devolutiva.
139 Segundo informações, o Governo do Estado tinha apresentado um prazo de dois meses
140 para a resolução da situação do IML, sem resposta, o presidente do CMDCA estaria
141 enviando novo ofício cobrando. O colegiado do CT também participou e estaria
142 mobilizando os demais conselhos tutelares da região, em relação a situação do IM e
143 centralizar um documento a ser apresentado para o MP de Praia Grande. Em relação ao
144 MP de Santos não houve nova manifestação. Thais pede esclarecimento se o ofício
145 respondido pela CEVISS foi encaminhado ao MP de Praia Grande ou Santos sobre o
146 IML, o que foi esclarecido que foi para a Promotora Patrícia. O ofício a ser respondido
147 Dr.^a Anelise MP de Santos é sobre a exploração sexual. Foi socializado um documento



148 que chegou ao CMDCA ,um ofício referente a um inquérito referente ao conflito de
149 fluxo feito pelo CMDCA RN 240/2013 e o fluxo feito pela prefeitura EM 2019 (SMS) ,
150 ela pede esclarecimento dos pontos conflitantes e deu prazo de 20 dias, caso não saia
151 resposta desta reunião, foi lido o ofício e ainda dito que o CMDCA solicitou reunião
152 com a Promotora, tendo em vista vários ofício recebidos sobre diversas informações,
153 que em contato com o cartório foi esclarecido como se dá as cobranças e o
154 acompanhamento dos ofícios. A diretoria executiva vai responder mas solicitou que foi
155 informado nesta reunião e que a coordenadora da CEVISS e mais um outro participante
156 para discutir ou a resposta do encaminhamento seja socializado na outra. Foi esclarecido
157 que implicou com a portaria da secretaria de saúde e que e conflitante seria a forma de
158 atendimento e mudança no fluxo e encaminhamentos para o atendimento, período de
159 atendimento, equipe multidisciplinar não estava instituída, vários ponto específicos
160 conflitante. O PAIVAS passou por um momento difícil em relação ao atendimento a
161 crianças e adolescentes. Quando o Dr Chaim saiu muita coisa se perdeu e este era uma
162 referência. Sr^a Ana Rosa trouxe que hoje tem uma equipe com duas psicólogas e uma
163 assistente social e uma médica que atende o Instituto da Mulher e PAIVAS.
164 **Encaminhamento 1:** A Sr^a. Ana Rosa se prontificou a conversar com o PAIVAS sobre
165 o fluxo da Saúde. **Encaminhamento 2:** Após se reunir com a coordenadora da CEVISS
166 e a diretoria executiva do CMDCA **Encaminhamento 3:** Elaborar a resposta ao MP.
167 **Encaminhamento 4:** A Sr^a Thais irá solicitar ao CMDCA para pedir a dilação de prazo
168 para a resposta. A coordenadora da CEVISS, apresentou uma sugestão do plano de ação
169 do Gibi, após uma reunião com Sr^a Thais, onde discutiram sobre a dificuldades das
170 pessoas falarem sobre o assunto e a importância de apresentar um projeto com o
171 material. O Gibi já foi disponibilizado para a ASPPE; AE PETI. Algumas entidades
172 solicitaram o Gibi; a Gota de Leite, Tia Egle e Vitae Domini, porém haviam conversado
173 anteriormente, que fariam a distribuição para as entidades subvencionadas e Conselhos
174 Tutelares. Há um entendimento que o Gibi não deve ser distribuído como panfleto, por
175 exemplo no Conselho Tutelar, qual seria a sua utilização. E também, seriam distribuídos
176 nas escolas, mas pela quantidade, hoje não tem mais os dez mil Gibis, dessa forma não
177 conseguiriam atender o ciclo II das UMEs (5.075) e sobriariam em torno de quatro mil
178 para as demais distribuições. Sr^a Thais entende que se vão ser entregues nas escolas
179 municipais, também precisa ser nas estaduais e particulares, ela trás essas questões para
180 serem discutidas no coletivo e pede a opinião de todos. Os professores teriam que enviar
181 um projeto, mas é complicado fazer um projeto de um material que não se recebeu
182 assim, propôs que cada unidade retirasse uma unidade do material e aí sim solicitar o
183 trabalho, ou leva se os Gibis e depois solicita uma ficha do que foi feito, um projeto e
184 uma avaliação da utilização do Gibi. Sr^a Raquel sugere que seja enviado por e-mail,
185 digitalizado. Sr^a Rose coloca que seria interessante uma sensibilização, a mesma trouxe
186 uma fala sobre a invisibilidade do trabalho infantil, o que ressalta a importância do Gibi
187 não ser distribuído como panfleto. Sr^a Simone se coloca à disposição para fazer uma
188 proposta com os professores da EJA, em encontros de construção coletiva. A
189 coordenadora da CEVISS, coloca que nas escolas municipais já foi feita a sensibilização
190 com as Orientadoras Educacionais, em uma formação pela mesma, da qual é
191 Coordenadora do Projeto de Mãos dadas com a Sexualidade. Nesta formação as OES
192 receberam orientação sobre o material e como este deve ser trabalhado. E que deve
193 orientar também os educadores nas escolas. Na SEDUC, surgiu a ideia de fazer um
194 vídeo para ser disponibilizado nas escolas, de sensibilização também, para que se
195 chegasse aos professores. Essa sensibilização também aconteceu com a Sr^a Ana
196 (SEVIP) quanto a ficha de notificação e a Sr^a Christiane, aproveitou e falou do material



197 que iriam receber. Sr.^a Thais tem o entendimento que não deve ser distribuídos os cinco
198 mil Gibis para as escolas, para distribuir para todos os alunos, e sim o professor que se
199 sentisse capacitado e interessado entregaria o projeto e receberia a quantidade do Gibi
200 para fazer o trabalho, assim se abarcaria as escolas particulares e do estado também. Foi
201 pontuado também fazer um trabalho com os pais em relação ao Gibi e a questão do
202 trabalho infantil, uma vez que os pais não estão indo à escola por conta da pandemia,
203 para ampliar o uso do Gibi, sugestão também via Grêmio. Ficou como encaminhamento
204 para o Gibi. **Encaminhamento 5:** Em relação as escolas, dividir em três partes, para as
205 escolas do município, do estado e as particulares. E essa divulgação seja feita por meio
206 do Conselho da Municipal de Educação para que seja trabalhado o tema com as crianças
207 na ponta com o instrumental e dessa forma a escola que tiver interesse solicite o Gibi e
208 o instrumental. E o plano de ação simples, já tem o instrumental para entrega só para
209 preencher. Em relação aos Conselhos Tutelares, tem quinze Conselheiros, será entregue
210 dez para cada um, para ser utilizado no atendimento e se necessitarem de mais solicita,
211 junto com o instrumental. As subvencionadas, se entendeu que estão dentro desses
212 segmentos da educação. Será enviada a cartilha para os representantes da saúde via e-
213 mail para divulgação e sensibilização dos profissionais. Há uma preocupação da
214 coordenação da CEVISS, quanto ao trabalho nas escolas particulares, pela resistência
215 quanto ao tema. Sr.^a Sandra sugere para pautar na próxima reunião do Conselho
216 Municipal de Educação. Foi sugerido que a sensibilização dessa rede possa ser feita
217 pelo NIA, e forma coletiva, verificar o interesse das escolas e depois se pensar nas
218 estratégias. **Relatos do COMMULHER:** Importante trazer a lei que foi sancionada
219 nesta semana e bastante discutida no COMMULHER a respeito da importância de se
220 discutir a violência contra a mulher e criar uma semana Maria da Penha vai a escola,
221 educar e para prevenir e coibir a violência contra a mulher, seria uma semana escolar de
222 combate a violência contra a mulher, que será realizada no mês de março, estão
223 discutindo a forma de implantação para não ficar apenas uma comemoração e sim de
224 uma forma instituída na cidade. Sr.^a Christiane apontou que o Projeto de Mãos Dadas
225 com a Sexualidade, já trabalha esse tema com os adolescentes em roda de conversa
226 quando aborda relacionamentos abusivos na adolescência, assim que tiver informações
227 mais específicas sobre a implantação nos será informado. Sr.^a Flávia, aponta que essa lei
228 de 11 de Junho, é uma lei federal que altera a Lei de diretrizes e bases da educação
229 nacional, para incluir no currículo escolar a temática da prevenção da violência sexual,
230 contra mulher, deva-se entender a mulher menina também. Ela acha importante que a
231 CEVISS esteja afiada com o COMMULHER sobre esse tema, que tem tudo haver com
232 esta comissão. Trata-se da Lei 14.164 de 11 de junho de 2021. **Assuntos gerais:** Sra.
233 Christiane trouxe uma questão da Roda de Conversa, surgiram assuntos importantes e
234 pontuais que tinham que ser trazidos para a discussão para se pensar algum
235 encaminhamento. Uma das questões que surgiu é discutir a questão da exploração
236 sexual em âmbito regional, da comissão de aproximar dos CMDCA da região, ver o que
237 esta acontecendo como um todo especificamente essa questão, por que ainda é um lado
238 do trabalho infantil que acaba não abordando, parece que não se é nem importante falar
239 do assunto, trouxe como exemplo a entrevista que foi feita sobre o PETI. Outra fala
240 interessante, foi a fala da conselheira tutelar, que estão tentando se aproximar da DDM,
241 sem resultado, o que de fato acontece de fato que o conselho tutelar não consegue essa
242 aproximação. E enquanto comissão gostaria de saber o que poderia se fazer de fato para
243 essa aproximação e pede sugestões sobre essas duas questões para algum
244 encaminhamento e teve a terceira que foi sobre a proximidade dos técnicos dos serviços
245 dos territórios para discussão de casos e fluxos das violações, que são articulações dos



246 CREAS e pode se verificar depois com as chefias, também tem a técnica da AE PETI,
247 poderíamos estar vendo juntos. A Sr.^a Flávia, trouxe que Sr.^a Marina apontou
248 dificuldades na DDM e o Conselho Tutelar, ela percebe que ambas as partes têm
249 resistência para formular o diálogo. O Conselho Tutelar com sua ausência notória e
250 quando presente as deficiências no atendimento, deixa a DDM de uma forma precavida
251 e não respeitosa em relação aos conselhos, por outro lado a DDM, não se reconhece
252 como uma violadora de direitos, como ali tem um atendimento feito no balcão, onde a
253 vítima é exposta. Esses não reconhecimentos dos serviços e a falta de comunicação dos
254 serviços de rede, parece que precisa de um facilitador, e já que existe na cidade e que a
255 mesma é restaurativa, podia se utilizar as práticas da Justiça Restaurativa, para pontuar
256 esse tema que parece não atender e solucionar. Causa incômodo quando tudo parece
257 bonito e maravilhoso e os discursos, mas a prática não condiz com a realidade. Sugestão
258 de **Encaminhamento 6:** chamar esses equipamentos para uma das práticas
259 restaurativas. Sr.^a Marina pontua a importância de chamar esses atores para o diálogo
260 fala do distanciamento da DDM do espaço da CEVISS, é histórico a tentativa de
261 aproximação com a DDM, para dialogar sobre os fluxos institucionais, do atendimento
262 do balcão e falas que acabam revitimizando as mulheres e adolescentes, realmente
263 precisa de uma intervenção, uma vez que surgiu o assunto na Roda de Conversa. Em
264 relação a fala da coordenadora do CREAS, vai de encontro na avaliação das comissões
265 do ano passado, a existência de um espaço de articulação setoriais, que eram conhecidas
266 como reuniões de território, a ausência desses espaços trouxe impactos significativos
267 para os serviços, uma vez que as discussões acabam sendo pontuais de casos e não
268 coletivas, acredita que a comissão pode sim ter uma intervenção sobre essas questões e
269 se coloca a disposição para fazer as articulações nos serviços da política de assistência
270 social. **Encaminhamento 7:** Sr.^a Marina vai fazer essa articulação com os CREAS, vão
271 se organizar para depois conversar com os serviços. Traz também como informe, que a
272 SEDS iniciou reunião com municípios da região, São Vicente, Guarujá e Praia Grande,
273 sobre o trabalho infantil e a DRADS, também ocupa esse espaço e estão debruçando
274 sobre esse fenômeno que se manifestam em Santos de forma regionalizada. Sr.^a
275 Christiane indaga se é possível os técnicos do NIA participar, Marina ficou de verificar
276 com a chefia do Departamento avaliar e depois dar devolutiva. Sr.^a Flávia pede para
277 constar na ATA a ausência do Conselho Tutelar, também pede a CEVISS que elabore
278 um documento de repúdio sobre a absolvição dos PM que abusaram sexualmente de
279 uma jovem em Praia Grande. A coordenadora da CEVISS e CM PETI falaram da
280 importância de mais participações e de ter um responsável pela comunicação. Dessa

281 forma agradecem e encerram a Assembleia.

282

283 **Christiane Andréa**
284 **Coordenadora da CEVISS**

Sandra Regina dos Santos
Coordenadora da CM PETI

285

286 **Susana Rosário**
287 **Secretária da CEVISS**

Nélia Meire Eleutério de Souza
Secretária da CM-PETI

288288

289289

290 LISTA DE PRESENÇA – REUNIÃO ORDINÁRIA 24/06/2021



291291

| | |
|------------------------------------|--|
| Daniela Tineo | seectur |
| Taís Aguiar | |
| Daniela Tineo | |
| Cristiane Andrea | |
| Vanessa Mezzette daCosta Nobrega | CIEE |
| Caio dos Santos doNascimento | SEMES |
| Rosemeiry de LimaNemetz | SMS/SEVREST |
| Simone F S | |
| Ana Rosa Platzter | Saúde SEVIEP |
| Flávia Rios | OAB |
| Susana Souza do Rosário Nascimento | SEDS |
| Eloisa Veraldo | Espro |
| Raquel Cuellar doNascimento | ASPPE |
| Rosilene FulgeriGomes | |
| Virgīnia Maria Mendesde Jesus Lima | Seduc |
| Luiz Otávio Galvão | |
| Luiz Fernando Carvalho de Souza | Seeeg |
| Lilian A BarbosaGardim | SEMES |
| Talita Lima de Oliveira | Lar Feliz |
| Sandra Santos | Gab. VereadorCacá Teixeira |
| Juliana Laffront | |
| Diná Ferreira Oliveira | |
| Nélia Meire Eleutériode Souza | AssistenteSocial da FundaçãoSettaport |
| Marina Carvalho Perez | SEDS |



COMISSÃO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL DE SANTOS
CEVISS

Decreto nº. 3.765 de 30 de Julho de 2001



| | |
|------------------------|-------|
| Peña | |
| Gustavo Prado | |
| Lilian A BarbosaGardim | SEMES |